



PROLETÁRIOS DE TODOS OS PAÍSES, UNI-VOS

# A CLASSE OPERÁRIA

ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

Nº 24

ANO 5

V FASE

JULHO/1988

Cz\$ 80,00



A campanha de 88 e, no próximo ano, a sucessão presidencial, podem reeditar as grandes movimentações de massas como as de 1984.

Eleições 88

# COMEÇOU A GRANDE BATALHA DO ANO

Em todo o país está em pleno andamento a luta em torno das Prefeituras e Câmaras de Vereadores. Episódio importante da luta democrática do povo brasileiro, a disputa eleitoral é para os comunistas a mais importante batalha política até novembro.

## EDITORIAL

### 15 de Novembro será o dia do troco

Está em curso a grande batalha política do ano: a campanha eleitoral para prefeitos e vereadores em todo o país. Até novembro serão numerosas e variadas as ações de massas, cuja tendência é se intensificar à medida que aumentar o calor da disputa pelo voto.

As eleições municipais não constituem um episódio isolado na vida nacional. A fim de atuar com acerto nesse processo e dele alcançar acúmulo de forças para o movimento democrático e popular, no que toca à elevação do nível de consciência, organização e mobilização do povo, é preciso compreendê-lo na sua relação intrínseca com a luta geral pelo poder político e pela emancipação da sociedade brasileira.

Destaca-se, em primeiro plano, como questão que galvanizará o eleitorado e polarizará os blocos em contenda, a posição em face do governo Sarney. O povo brasileiro deve aproveitar a campanha eleitoral para denunciar de modo contundente os desmandos, as arbitrariedades, o fisiologismo, a corrupção e o entreguismo do governo. A disputa pelo voto em 15 de novembro, se bem conduzida pelas forças avançadas deste país, poderá converter-se numa trincheira de luta democrática e de oposicionismo progressista. 15 de novembro será o dia do troco, em que o povo golpeará com a arma do voto os seus inimigos jurados representados pelo governo de José Sarney.

No emaranhado das questões municipais,

das múltiplas plataformas de milhares de candidatos, é preciso distinguir qual a questão política central que dá o tom e a característica essencial desta eleição e a distingue das anteriores. Na verdade, o que está em jogo não é apenas a conquista desta ou daquela Prefeitura ou de maiorias eventuais nas Câmaras de Vereadores. A eleição municipal de 88 é a preliminar da grande batalha sucessória de 1989 que, objetivamente, também já está em curso. Será a primeira medição de forças e o ensaio-geral da acirrada luta pelo poder político — a presidência da República. Separar uma batalha da outra significará incorrer em grave erro político, enveredar por caminho falso que levará à perda do rumo e, conseqüentemente, ao fracasso.

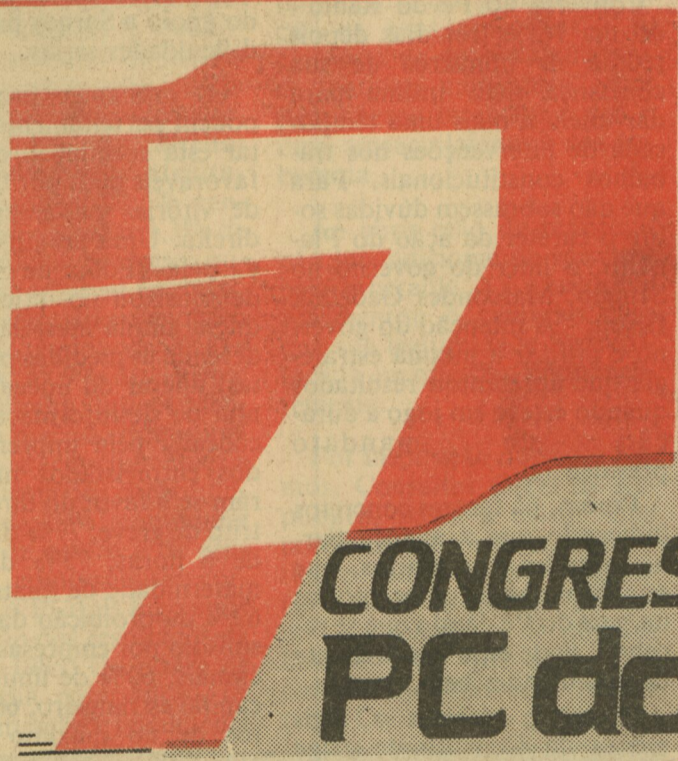
Esta compreensão é uma das condicionantes para a acertada escolha das alianças e coligações, para a elaboração de programas comuns e a realização de ações políticas convergentes. A outra condicionante é o entendimento, a assimilação, a apreensão de modo preciso, claro e profundo, da linha política adotada em nosso vitorioso 7º Congresso no que tange à questão da frente única. A correta análise da situação política de nosso país e da atual correlação de forças da luta democrática e popular conduz à conclusão sobre a imperiosa necessidade de se criar uma frente ampla, democrática e progressista. Somente uma frente única com este caráter, capaz de promover a união do povo brasileiro, será capaz

de afastar a forte barreira do conservadorismo e da reação, obstáculo principal ao avanço de nosso país.

Por isso, os comunistas também rejeitam como caminho falso, minado pelo sectarismo e pela visão estreita, a tendência de criar "frentes de esquerda".

A resolução aprovada na última reunião da Direção Nacional sobre a eleição municipal destaca como objetivo fundamental "eleger o maior número possível de vereadores em todo o país, particularmente nas grandes cidades". Mas também este não é um objetivo em si. O Partido deve lutar por eleger o maior número de vereadores dentro de uma perspectiva política justa. Pretender eleger trilhando os atalhos estreitos, é fugir da grande e ampla vereda em que é possível lutar com posições sólidas, criar condições para a unidade das forças progressistas e abrir a perspectiva da conquista de uma vitória real.

As fileiras do PCdoB estão realizando seu aprendizado prático. Nele têm sabido fazer análise concreta da situação concreta e encontrar a direção mais justa para cada batalha. Também no presente embate marcharão unidas em torno da orientação traçada pela Direção Nacional e da linha política do Partido, transformando-se mais uma vez na poderosa força impulsora da movimentação das massas e da unificação do povo, levando-o à conquista de retumbante vitória.



CONGRESSO  
PC do B

São Paulo/1988

- Homenagem a Grabois — pág 2
- Atividade Parlamentar — pág. 3
- O Partido e a Juventude — pág. 5
- Educação Comunista — pág. 6

Vem aí a nova

"Classe Operária"



a palavra dos comunistas,  
o porta-voz do PCdoB

Centro de Documentação e Memória  
LANÇAMENTO NACIONAL EM AGOSTO  
Fundação Maurício Grabois

# MAURICIO GRABOIS foi o Presidente de Honra do Congresso

Na sessão de abertura do 7º Congresso do Partido o camarada Maurício Grabois foi eleito por aclamação o presidente de honra. Coube a Elsa Monerat, membro da direção nacional do Partido e veterana militante comunista, fazer o discurso de apresentação da biografia de Maurício Grabois. Elsa militou durante longos anos com Maurício, na luta contra os revisionistas kruschovistas e prestistas e nos embates clandestinos contra a ditadura militar. Foram combatentes, juntos, na gloriosa jornada das selvas do Araguaia, onde tombou o camarada Maurício Grabois, mártir da luta pela liberdade, pela independência nacional e pelo socialismo. Herói do povo. Herói do Partido.

Camaradas delegados ao 7º Congresso do Partido Comunista do Brasil.

Camaradas delegados fraternais dos partidos marxistas-leninistas.

A indicação do nome do nosso inesquecível camarada Maurício Grabois à presidência de honra do 7º Congresso é a homenagem que desejamos prestar a um dos maiores revolucionários do nosso país, um verdadeiro combatente de vanguarda do proletariado, morto nas selvas do Araguaia, defendendo a liberdade e os direitos do povo e erguendo bem alto a gloriosa bandeira do Partido Comunista do Brasil.

Maurício Grabois militou no Partido desde os vinte anos de idade e até o momento de sua morte, aos 61 anos, vividos na dura luta de classes. Foi militante de base, dirigente intermediário, membro do Comitê

Central. Coube a ele a liderança da bancada comunista na Assembléia Nacional Constituinte de 1946. A marca de sua atividade política foi a fidelidade ao Partido e a abnegação sem limites no cumprimento das tarefas partidárias. O caráter da sua militância foi a honradez e a dignificação do título de membro do Partido leninista.

Maurício prestou relevantes serviços à causa da revolução e do socialismo científico. Intrépido defensor da teoria marxista-leninista, nunca deu tréguas ao oportunismo. Foi um gigante no combate ao revisionismo kruschovista. Ergueu-se com toda a força da sua brilhante inteligência para desmascarar os traidores, tanto no plano nacional como na esfera internacional.

Seu nome é inseparável do processo de reorganização do



Elsa Monerat à esquerda falou sobre Maurício Grabois, mártir da luta pela liberdade, herói do Partido e do povo brasileiro.



Partido Comunista do Brasil, em 1962, quando os revisionistas tentaram liquidá-lo. Ainda que fosse pequeno o número dos militantes que se congregaram para manter a organização revolucionária da classe operária, Maurício tinha ilimitada confiança no futuro grandioso do Partido. Acreditava nele, com a convicção de

que o PCdoB era o único e insubstituível instrumento de luta pela libertação nacional e social do nosso povo.

Homem de decisão, coragem e firmeza na luta política, ideológica e teórica, Maurício Grabois foi um dos principais organizadores do movimento guerrilheiro do Araguaia. Sa-

bia que seria uma batalha de cem contra cem mil. Pouco lhe importava. Era preciso enfrentar a ditadura, indicar o caminho da luta armada do povo, já que os generais não permitiam o menor movimento de resistência pacífica.

Trabalhou e lutou a vida inteira pela causa dos trabalha-

dores e do nosso povo, pela vitória dos ideais revolucionários dos clássicos do marxismo, para tornar coeso e poderoso o partido da classe operária, o PC do Brasil. É por tudo isto, camaradas, que colocamos com orgulho na presidência de honra do nosso Congresso o nome do saudoso camarada Maurício Grabois.

## Constituinte: o segundo turno interessa ao povo?

Antônio Martins

Não há por que subestimar. Quando os deputados e senadores se reunirem no próximo dia 25 em Brasília, para a segunda fase de votações da Constituinte, estará aberta uma batalha política de grande significado e de amplas conseqüências sobre os próximos lances da vida nacional.

Os conservadores levaram a melhor nas decisões fundamentais do primeiro turno. O resultado, porém, não os satisfaz. E nos últimos dias desencadearam uma intensa campanha no Parlamento e junto à opinião pública, visando liquidar também os direitos sociais limitados obtidos pelos trabalhadores (como o direito de greve e o pagamento integral aos aposentados), os dispositivos ténues em favor da soberania nacional (como o fim dos contratos de risco e a proibição de lavra do subsolo por estrangeiros), as brandas limitações à ação do capital financeiro (como o teto máximo de 12% para os juros) e o voto aos 16 anos.

Uma coalizão de forças reacionárias uniu-se neste intento. Representantes de empresas estrangeiras confessaram que pretendem gastar de 2 a 3 milhões de dólares num esforço para "influenciar" os constituintes. Líderes da FIESP somaram-se a eles e atacaram virulentamente a Assembléia. O ministro Leônidas Pires encontrou-se com enviados das multís e em seguida classificou a eliminação da jornada máxima de 6 horas nas empresas

que trabalham ininterruptamente como "uma das prioridades" do Exército.

Para coroar esta movimentação, o presidente Sarney atacou novamente os dispositivos democráticos da Carta em sua "Conversa ao Pé do Rádio" do dia 16; e três dias depois reuniu os ministros de sua confiança mais íntima para dar início a mais uma temporada de intervenções nos trabalhos constitucionais. Para que não sobrassem dúvidas sobre o caráter da ação do Planalto, o líder do governo no Senado, Marcondes Gadelha, frisou: "A intenção do governo é utilizar a mesma estratégia que apresentou resultados quando esteve em jogo a duração do mandato presidencial."

Porém, há fatores concretos indicando que a aliança Sarney-grandes empresários, que se acostumou a colher vitórias na base do "ê dando que se recebe", pode estar agora diante de dificuldades bem maiores.

Primeiro, porque o regimento da Constituinte exige que os interessados em alterar o projeto constitucional reúnam em plenário 280 votos. Segundo, e mais importante, porque nas últimas semanas surgiram sinais claros, na esfera econômica e na política, de que há sérios problemas com o esquema de alianças que impediu, no primeiro turno, a aprovação das mudanças reclamadas pelo povo. A dívida interna cresceu assustadora-

mente, mesmo com o congelamento da URPI; a indústria não chegou à recuperação prevista pelo ministro Mailson da Nóbrega; a inflação parece tender a uma aceleração descontrolada; e tanto no PMDB quanto no PFL os partidários do apoio a Sarney passam por dificuldades sérias.

Os militantes progressistas podem perfeitamente aproveitar esta conjunção de fatores favoráveis para pôr fim à série de vitórias parlamentares da direita. Uma pesquisa realizada pela "Folha de S.Paulo", demonstrou no último dia 10 que a ampla maioria do povo defende as medidas progressistas, apesar da imensa campanha de desinformação desencadeada pela imprensa. 80% dos entrevistados pronunciaram-se a favor do direito irrestrito de greve, 77% da jornada de 6 horas, 75% da licença maternidade de quatro meses, 62% da proibição da lavra do subsolo por empresas multinacionais, 60% de limitações ao capital estrangeiro, 60% de juros de no máximo 12% ao ano.

Se estiverem dispostos a transformar este sentimento latente em mobilizações concretas contra o retrocesso no segundo turno, as forças populares e democráticas poderão infligir uma séria derrota material e moral à direita, e terão conquistado ao mesmo tempo posições bem mais sólidas para a disputa eleitoral de novembro.

## MULHER Por um Mundo de Igualdade Contra toda a opressão

Ana Maria Rocha

Terá lugar nos dias 5 e 6 de agosto próximo no Centro de Convenções em Salvador, Bahia, o 1º Congresso Nacional de Entidades Emancipacionistas de Mulheres. Cerca de 1.500 mulheres vindas de todo o Brasil se reunirão para discutir a participação política das mulheres, o direito ao trabalho em condições de igualdade com o homem, bem como a questão da saúde e sexualidade, violência, discriminação racial e educação. Os debates serão enriquecidos com a participação de lideranças femininas conhecidas nacionalmente como deputadas constituintes, as pesquisadoras da Fundação Carlos Chagas, Carmem Barroso e Fúlvica Rosemberg, a escritora Heleith Saffioti, Sueli Carneiro, coordenadora da Comissão da Mulher Negra do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e sua presidente, Jacqueline Pitanguy, a Presidente do Conselho da Mulher do Rio de Janeiro, Branca Moreira Alves, dentre outras. Na sexta-feira à noite, dia 5 de agosto, haverá um ato político com a participação do governador da Bahia, Waldir Pires, das constituintes, presidentes de partidos políticos e outras personalidades.

Este Congresso é a continuidade do processo de consolidação da corrente emancipacionista de mulheres, iniciado no encontro do Rio de Janeiro realizado no ano passado, e reafirmado no seminário da UNICAMP realizado em janeiro deste ano. As entidades emancipacionistas que começaram a ser criadas em 1981 multiplicaram-se por todo o país, sobretudo nas capitais dos estados e vêm jogando papel destacado na mobilização das mulheres por seus direitos, elevando seu nível de consciência política, levando-as a se integrarem na luta geral do povo brasileiro em defesa da democracia e por uma sociedade de justiça social. Apesar disso muitos são os desafios que se colocam para que essas entidades ganhem um caráter de massa, aglutinando mais e mais mulheres, tornando-se uma força viva e atuante do movimento popular. Avançar na sua estruturação, tornarem-se verdadeiramente enti-

dades de luta e conseguir chegar às trabalhadoras do campo e da cidade são algumas das condições para que cumpram seu papel impulsor da luta pela emancipação feminina.

Já no processo de preparação do Congresso é preciso levar em conta esses desafios, procurando levar uma delegação representativa dos diversos setores da sociedade, sobretudo das trabalhadoras e de lideranças destacadas que ao retornarem a seus estados possam dar continuidade ao processo de aplicação das resoluções e de consolidação das entidades. O êxito do congresso da Bahia será construído em cada estado, ao mobilizar uma delegação representativa e divulgar amplamente os objetivos do congresso nos meios de comunicação.

Só assim daremos os passos iniciais para que a UNIÃO NACIONAL DE MULHERES a ser criada nessa oportunidade já nasça com força e reconhecimento junto à opinião pública, sobretudo junto às mulheres e às forças democráticas e progressistas. A criação dessa entidade nacional vem responder à necessidade

de articulação nacional das entidades emancipacionistas, da deflagração de campanhas nacionais unificadas em torno das reivindicações femininas e sobretudo para que a força e o trabalho das entidades existentes nos diversos estados tenham seu reflexo no cenário político brasileiro, para que as mulheres dêem sua contribuição decisiva ao avanço da nossa sociedade, precisamente neste momento crucial da vida brasileira, em que as forças de direita criam suas organizações tentando atrair as mulheres para suas propostas atrasadas.

Como ficou aprovado em nosso 7º Congresso, a luta pela emancipação da mulher é questão de todo o Partido. É este um momento importante para levar à prática este lema, enviando esforços e criando condições para o efetivo êxito desse congresso emancipacionista que poderá representar mais um passo decisivo para que as mulheres ocupem o espaço que lhes cabe como trabalhadoras e cidadãs responsáveis junto com os homens pelos destinos progressistas do Brasil.

## A Classe Operária

"A Classe Operária" é uma Publicação da Editora Anita Garibaldi Ltda.

Redação e Edição: Rua Adoniran Barbosa, nº 53 CEP 01318

Bela Vista — São Paulo — SP Telefone 36-7531

Diretor e Jornalista Responsável: João Amazonas

Editor: José Reinaldo Carvalho

Diagramação: Maria José Lopes Leite

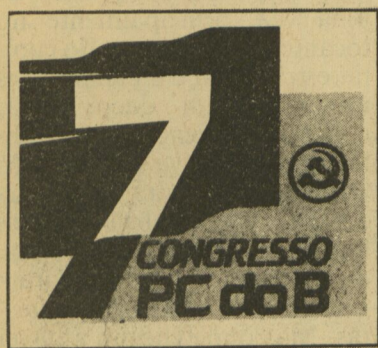
Composição, montagem e fotolitos: Cia. Editora Joruê Ltda. Rua Cardeal Arcoverde nº 2978 — Pinheiros — São Paulo SP



CONTRA TODA OPRESSÃO  
De 5 a 7 de agosto de 1988.  
CENTRO DE CONVENÇÕES - SALVADOR - BA  
O Congresso emancipacionista dará novo impulso à Luta da mulher  
Fundação Maurício Grabois

# A propósito da experiência dos comunistas na Constituinte brasileira 1987/88

Haroldo Lima



Nessa mensagem o CC detalha e propõe aos brasileiros três palavras de ordem básicas para o momento: "a convocação de uma Assembléia Constituinte livremente eleita, a abolição de todos os Atos e Leis de exceção e a anistia geral". A mensagem aos brasileiros trata também das condições que a Constituinte aludida deve satisfazer: 1) que seja "livremente eleita" através de eleições em que, diz a mensagem, "exista liberdade de organização e de manifestação de pensamento, idéias e programas em confronto, candidatos indicados pelas diversas correntes de opinião" e 2) Que "disponha de real poder"... que tenha "autoridade para criar um sistema de governo que emane do povo"...

Mais à frente, em setembro de 1978, o Partido divulgou nota sobre as eleições que se avizinhavam. A nota recomendava, no seu quinto ponto, o apoio a ser dado "aos candidatos que defendam firmemente a abolição de todos os atos e leis de exceção, a anistia geral e irrestrita e a convocação, por um governo democrático e provisório, de uma Constituinte livremente eleita".

O PCdoB, dessa forma, sempre apresentou a luta pela convocação da Constituinte como intimamente ligada à batalha pelo fim do regime militar, pelo fim das leis de exceção e pela liberdade. Quando os militares, depois de 21 anos, foram apeados do poder, quando as liberdades se ampliaram, o voto dos analfabetos foi estabelecido, os partidos clandestinos legalizados, as centrais sindicais e a UNE reconhecidas, a censura prévia suspensa e a repressão em geral contida, o PCdoB apoiou, então, a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte a ser eleita em 1986, expressamente reconhecida no art. 1º da Emenda Constitucional n.º 26, de novembro de 1985, que a convocava, como "livre e soberana".

Todavia, a eleição de 1986 para a Constituinte realizou-se num quadro de sérias limitações. Em primeiro lugar, houve coincidência da eleição para a Constituinte com o pleito para os governos dos Estados, o que quer dizer, houve a subordinação da eleição para a Constituinte à eleição majoritária dos governadores. Ou seja, a eleição dos governadores foi a que polarizou a opinião pública e, com isso, a eleição dos constituintes teve caráter secundário: relaciona-se com este fato o grande número de votos brancos e nulos, cerca de 40% dos computados para os deputados federais constituintes. Essa foi a primeira deformação do processo eleitoral da Constituinte.

Como se isso não bastasse,

O Partido Operário Social — Democrata da antiga Rússia foi quem abordou pela primeira vez de um ponto de vista marxista a questão da Constituinte. Já em 1904/05 o Partido levantara o objetivo de luta pela convocação de uma "Assembléia Constituinte eleita por todo o povo". Foi o primeiro partido político a defender uma constituinte na antiga Rússia, bem antes do período em que quase todos os demais partidos passaram a levantar semelhante bandeira. Mas Lênin foi cuidadoso em especificar, reiteradas vezes, quais eram os pressupostos da Constituinte pela qual lutavam os comunistas ou, em outras palavras, em que condições a Constituinte deveria se realizar.

Dois condições básicas eram identificadas por Lênin como indispensáveis à Constituinte: 1) Eleições livres para a escolha dos constituintes e 2) Que a assembléia assim eleita tivesse o poder de "constituir" uma nova situação para o país. Para que essas duas condições pudessem prevalecer, em um país então submetido a um governo autocrático e liberticida, só havia um meio — o afastamento preliminar da autocracia, o fim do czarismo e a emergência de um governo provisório e democrático. Daí todo o esforço de Lênin em destacar a necessidade de a Constituinte ser convocada por um governo provisório e democrático que presidisse eleições livres e que lhe respeitasse o poder de "constituir".

O PC do Brasil, em sua VI Conferência realizada em junho de 1966, examinou a situação do país após o golpe de 1964 e traçou a linha tática de seu comportamento. O Partido propôs a criação de uma frente de grande amplitude que defenderia uma plataforma comum, com bandeiras nacionais e democráticas adaptadas ao momento, a exemplo daquelas que a Resolução da Conferência apontava. Foi nessa oportunidade, dois anos e três meses após o golpe de 64, que o PC do B levantou, pela primeira vez no Brasil pós-golpe, a necessidade de uma luta pela "convocação de uma Assembléia Constituinte livremente eleita". Desnecessário dizer que nenhuma força política brasileira enxergou com tanta antecedência a importância e a oportunidade dessa bandeira de mobilização.

O PC do B dá novo passo importante na sua formulação tática em janeiro de 1975, quando, na mais dura clandestinidade, o Comitê Central aprovou uma mensagem aos brasileiros, intitulada "Levar adiante e até o fim a luta contra a ditadura".



O líder da bancada do PCdoB na Constituinte Haroldo Lima.

as normas eleitorais do regime autoritário restringiram a representatividade eleitoral dos Estados mais populosos e, consequentemente do eleitorado mais progressista, e valorizavam a dos Estados menos populosos, politicamente mais atrasados — os conhecidos "grotões". Essa engenharia política do autoritarismo levava a que 499.800 pessoas sejam representadas por um deputado federal em São Paulo, enquanto que, no Acre, bastam 46.625 pessoas para que haja um deputado federal representando-as no Congresso Nacional. Ou seja, um eleitor do Acre vale dez vezes mais que um eleitor de São Paulo. Essa foi outra distorção que influiu negativamente na composição da Constituinte.

Apesar da aparente liberdade de organização partidária e de expressão no processo eleitoral, houve limitações inequívocas no grau dessa liberdade. Por exemplo, foram grandes as distorções havidas no acesso dos partidos ao horário gratuito destinado à propaganda dos candidatos no rádio e na televisão. Dito acesso só foi permitido aos partidos políticos com representação no Congresso Nacional. A livre manifestação de pensamento foi assim, na prática, dificultada. Além disso, ao distribuir o tempo de propaganda eleitoral gratuita, a legislação privilegiou, de maneira exorbitante, os chamados grandes partidos, que se transformaram em "grandes" na época em que a liberdade era cercada pela ditadura, em detrimento dos pequenos partidos, que foram mantidos pequenos graças à

perseguição tenaz do regime militar.

Nós, comunistas, sabemos que toda eleição em regime burguês sofre a deformação básica do predomínio das classes dominantes sobre os meios que condicionam os resultados eleitorais. Por isso mesmo é que não temos ilusões nessas eleições fundamentalmente viciadas que, entretanto, são chamadas, na sociedade burguesa, de "eleições livres". As distorções do pleito de 1986, porém, dão-lhe uma conotação especialmente fraudulenta, fazendo com que a "Constituinte livremente eleita" pela qual se lutava, não o tivesse sido.

Essa situação não poderia deixar de se refletir na composição da Constituinte. Segundo uma pesquisa publicada pelo jornal "Folha de S. Paulo" na sua edição de 19 de janeiro de 1987, a composição ideológica dos constituintes era a seguinte: 12,3% de direita; 23,4% de centro-direita; 32,5% de centro; 22,5% centro-esquerda e apenas 9,3% de esquerda. Outra pesquisa, publicada pela empresa Semprel, de propriedade do ex-ministro Said Farhat, apontava: 22,5% de esquerda; 49,9% de centro e 27,6% de direita. Independentemente da precisão dos números, pode-se concluir que a grande maioria dos constituintes, cerca de 70%, compunha um bloco de centro e de centro-direita, como analisou corretamente o PCdoB logo após a divulgação dos resultados da eleição de 1986. Do ponto de vista de sua composição de classes a situação é igualmente

esclarecedora. Dos 559 constituintes, apenas 6 são de origem operária enquanto 80 são empresários e 40 empresários rurais, num total de 120 constituintes diretamente ligados ao capital, segundo dados do jornal "Folha de S. Paulo". Foi nesse contexto que o PCdoB formou uma bancada de cinco deputados que, evidentemente, não podiam alimentar maiores ilusões em relação à Constituinte.

Mudanças eventuais de importância só seriam alcançadas na Constituinte com base na pressão popular e na habilidade e firmeza dos setores progressistas. A Constituinte se orientaria presumivelmente apenas para votar mudanças modernizadoras, tímidas e discretas, na estrutura capitalista brasileira.

Com o início dos trabalhos da Constituinte um tema avultou desde os primeiros instantes: o questionamento ao poder soberano da instituição. A participação na Constituinte dos senadores eleitos em 1982, admitida pelos constituintes eleitos em 86, foi a primeira derrota da soberania da Constituinte.

Ao discutir e aprovar o seu Regimento Interno, travou-se importante batalha sobre a soberania da Constituinte. A Bancada do PCdoB, com o apoio de 30 constituintes de outros partidos, apresentou uma Proposta de Decisão Constitucional que objetivava retirar do texto constitucional vigente todos os instrumentos discricionários do regime militar. Era fundamental que a Constituinte revogasse os dispositivos autoritários vigentes, como as Medidas de Emergência que poderiam limitar seu trabalho livre.

Essa primeira batalha foi perdida. A maioria dos constituintes aprovou um Regimento Interno que não reafirmava claramente a soberania da Constituinte! A fórmula adotada previa a possibilidade da Constituinte apenas "sobrestar medidas que possam ameaçar os seus trabalhos". A Constituinte deixou de limpar o "entulho autoritário" que permaneceu intocado e que é uma ameaça latente à sua soberania.

Ao abrir mão da reafirmação incondicional de sua própria soberania, a Constituinte pavimentou o caminho para que sua legitimidade fosse colocada em questão, permanentemente.

Por inspiração de Saulo Ramos, Consultor Geral da República, passa a existir uma polêmica em torno da Constituinte como poder "originário" ou como poder "derivado", argüindo-se os poderes limitados do que seria uma constituinte derivada: respeitar a Constituição que a con-

vocou. A Constituinte, por esse raciocínio, guardaria respeito ao texto constitucional atual, outorgado pelos generais. Todo esse arrazoado levava à tese de que a Constituinte não tinha poderes para alterar o sistema de governo presidencialista imperante nem definir o mandato do atual Presidente da República.

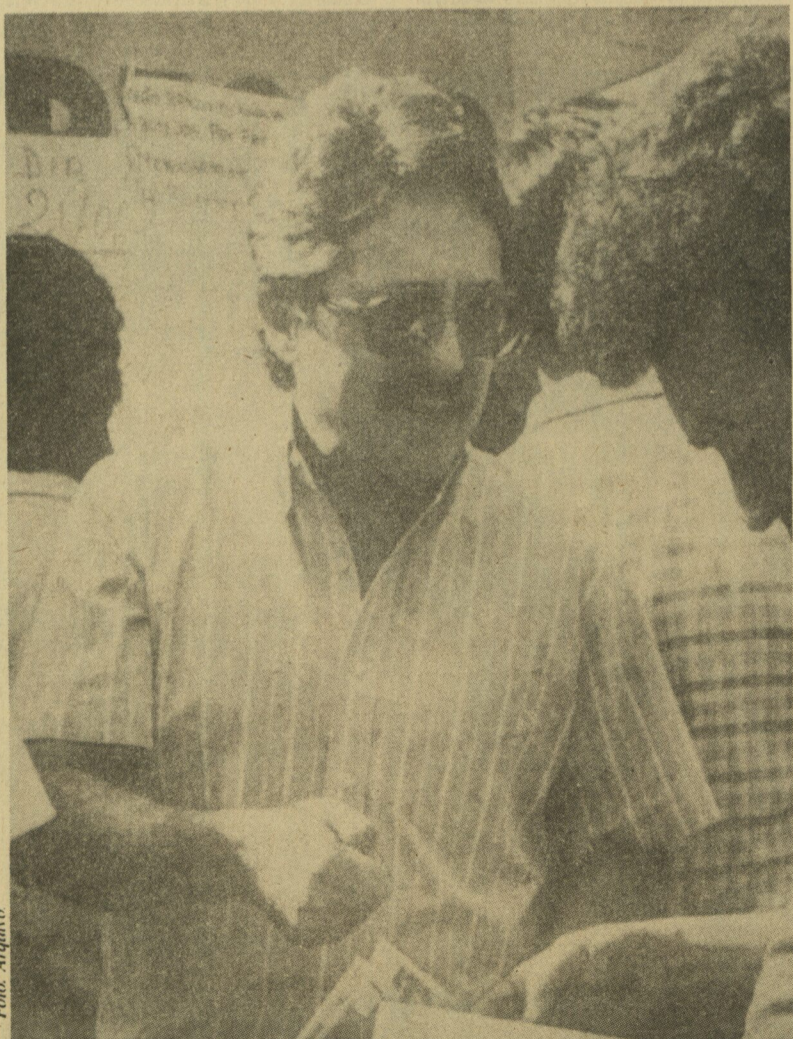
Durante todo o período de seu funcionamento a Constituinte viveu permanentemente sob as pressões, ameaças e intromissões de representantes do Executivo, das multinacionais e do latifúndio. Os ministros militares, seja através de declarações à imprensa, seja através de publicações dirigidas a constituintes, diziam constantemente o que a Constituinte deveria ou não fazer e o que eles aceitariam ou não. O imperialismo americano também fez-se presente nas pressões à Constituinte. O Jornal de Brasília, em sua edição do dia 26 de junho de 1987, publicou matéria intitulada "EUA fazem pressão sobre Constituinte", onde denunciava a formação de um grupo para pressionar a Constituinte a aprovar teses de interesse de empresas norte-americanas, grupo esse coordenado pelo próprio embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Sr. Harry Shlaudeman. Tal notícia provocou a apresentação de um Requerimento de Informações, de autoria do Líder do PCdoB na Constituinte, solicitando a confirmação dessas informações. Como de praxe, não obtivemos nenhuma resposta por parte do governo.

Mas a pressão maior sobre a Constituinte veio em maio de 1987, pelas palavras do próprio Presidente da República, Sr. José Sarney, que ocupou uma cadeira nacional de rádio e televisão para "comunicar" que já havia decidido permanecer no poder até 1990 e que não abriria mão da aprovação do sistema presidencialista de governo. A intervenção na Constituinte era aberta e deslavada.

Todas essas pressões, chantagens e ameaças provocaram prontos e enérgicos protestos dos comunistas e de progressistas na Constituinte. Porém não despertaram uma reação firme e rápida por parte do conjunto da Constituinte, especialmente de sua autoridade maior, o Presidente Ulysses Guimarães.

Dessa maneira, tendo a Constituinte sofrido injunções deformadoras no processo de sua eleição e estando com sua soberania sob o fogo cerrado das forças reacionárias, passou a demonstrar capacidade limitada de "constituir". Mais do que isso, passou a "constituir" sob vigilância, a decidir sob pressão e sob ameaça e, no que respeita a setores fisiológicos e de direita, a negociar sua soberania escancaradamente. Em certos momentos a Constituinte abrigou um verdadeiro "balcão de negócios", onde um voto valia concessões de canais de rádio e televisão, cargos no segundo escalão do governo e, algumas vezes, pelo que se diz, dinheiro vivo.

Os comunistas estiveram vigilantes na defesa dos interesses democráticos e populares na Constituinte. Desde a campanha eleitoral que o PCdoB apresentou ao povo suas propostas concretas para a futura Constituição, divididas em dezesseis grandes subitens. Essas propostas que orientaram a campanha dos candidatos comunistas à Constituinte serviram de base, também, para as trinta e quatro sugestões constitucionais encaminhadas oficialmente pela bancada comunista à Mesa da Assembléia Nacional Constituinte Num trabalho constante, a bancada comunista participou ativamente de todo o processo constitucional, desde as sub-comissões temáticas, a Comissão de Sistematização e o plenário. Em todo esse processo, segundo o Protocolo do nosso Partido, apresentou um total



Aldo Arantes e Edmilson Valentin, da bancada do PCdoB na Assembléia Nacional Constituinte



CDM  
Centro de Documentação e Memória  
Fundação Maurício Grabois

de 1.003 emendas, abordando os principais pontos em debate na Constituinte, das quais 204 foram aprovadas.

Na fase final das votações em plenário, no primeiro turno, os comunistas participaram, até agora, diretamente ou através de mecanismo regimental de fusão de emendas, da aprovação de onze importantes dispositivos constitucionais a saber: o que estabelece a casa como asilo inviolável do cidadão; o que permite a qualquer cidadão poder propor ação popular; o que define o piso salarial proporcional à complexidade do trabalho realizado; o que fixa a jornada de 6 horas para turnos ininterruptos de trabalho; o que assegura a liberdade e a unicidade sindical; o que amplia o número de vereadores nos municípios com até cinco milhões de habitantes; o que garante que a revisão da remuneração dos servidores públicos civis e militares será feita na mesma época e com os mesmos índices; o que dá direito de voto aos maiores de 16 anos; o que afirma direito de greve para os trabalhadores; o que estabelece normas para a reforma urbana; e o que define o conceito de empresa brasileira de capital nacional.

Ao lado da apresentação e da defesa de suas propostas, os comunistas tiveram papel destacado na articulação política na Constituinte, incorporando-se vigorosamente às articulações dos setores que ali defendiam, em geral, posições progressistas, como o PT, o PDT, o PSB, a esquerda do PMDB e outros, no sentido de enfrentar a direita e a reação. Nesse processo, o PCdoB nunca se recusou a dialogar, a negociar, mas igualmente, nunca admitiu qualquer negociação que levasse à aprovação de propostas atrasadas ou conservadoras.

O trabalho da nossa bancada nesse ano e meio de atividades foi árduo, até estafante. Todo ele foi acompanhado de perto pelo CC de nosso Partido que, em todas as suas reuniões no período recebeu uma informação atualizada do que estava sendo feito na Constituinte. Além disso, foi e está sendo uma tarefa dirigida direta e escrupulosamente pelo secretariado do CC e de forma pessoal e minuciosa pelo camarada Amazonas. Amazonas não somente esteve em Brasília grande parte do tempo constituinte, não somente participou da elaboração da multidão de emendas que fizemos, não somente acompanhou dentro do plenário a evolução de discussões importantes, como também fez elevado número de articulações com destacadas lideranças, participou de debates oficiais dentro da Constituinte e fez das mais fecundas intervenções na subcomissão que tratou do sistema de governo. O PCdoB se destacou na Constituinte até agora pela força com que levantou a luta pelo parlamentarismo, contra o voto distrital, pela redefinição do papel das Forças Armadas, em defesa da soberania nacional, da reforma agrária e do direito dos trabalhadores.

Em muitas batalhas importantes e na conquista de algumas vitórias na Constituinte foi fundamental a aliança entre o PCdoB e os partidos e setores referidos, PT, PDT, PSB, a esquerda do PMDB e outros. A unidade desse grupo, chamado de "Articulação Progressista", em geral facilitou o objetivo de ganhar o apoio do centro e, assim, viabilizar vitórias. Contudo, nem sempre essas forças estiveram unidas, mas marcharam com posições opostas em algumas questões de grande significado. O PT e o PDT apoiaram o sistema presidencialista de governo, uma das duas propostas mais ardorosamente defendidas pelo governo Sarney. Votaram ao lado do maior esquema direitista de pressão contra a Constituinte articulado pelo Planalto, e facilitaram, com o apoio ao presidencialismo do governo, a primeira vitória de Sarney nas suas pretensões de mandato de cinco anos. O PDT e o PCB votaram pela manutenção do chamado Estado de Defesa, mecanismo autoritário que nem as duas Constituições outorgadas pelos generais, a de 1967 e a de 1969, ousaram impor. O



Eduardo Bonfim, deputado do PCdoB eleito pelo Estado de Alagoas

Estado de Defesa só tem precedente na Constituição de 1937, a "polaca", e foi introduzido no atual texto constitucional através de uma emenda em 1978. Numa situação em que o Centrão propunha a unicidade sindical para os patrões e a pluralidade sindical para os trabalhadores, o PT votou a pluralidade. Em todos esses casos, nosso Partido sustentou firmemente sua justa posição, criticando com vigor as opiniões contrárias.

Importante também foi o papel desempenhado pelo movimento popular e democrático no processo constituinte. Embora, num primeiro momento, essa participação tenha deixado a desejar, houve num instante seguinte uma certa mobilização popular por uma Constituinte democrática e progressista. Capítulo especial dessa mobilização foram as "Emendas Populares", mecanismo regimental pelo qual o povo, pela voz de entidades representativas da sociedade civil e pela assinatura de milhões de eleitores, apresentou à Constituinte algumas de suas propostas. No total foram apresentadas 122 emendas populares inscritas por 12.277.433 brasileiros, num processo inédito na história republicana. Ao mesmo tempo, o movimento popular soube reagir com altivez à articulação direitista e reacionária denominada "Centrão", denunciando os constituintes que votaram contra os interesses populares, contribuindo, dessa maneira, para ajudar na desarticulação desse agrupamento.

Todo esse processo permitiu que a Constituinte, apesar da correlação de forças adversas, das pressões e das ameaças, promovesse avanços em diversas questões importantes, embora não decisivas.

Assim, no capítulo dos Direitos e Garantias Individuais, importantes conquistas foram alcançadas, notadamente a condenação do racismo como crime inafiançável, a liberdade de expressão e de pensamento com o fim da censura, o mandato de segurança coletivo, o habeas-data, a ação popular proposta por qualquer cidadão, a definição da tortura como crime inafiançável, imprescritível e não passível de anistia, e o instituto do man-

dato de injunção para garantir o cumprimento de direitos e liberdades constitucionais.

Igualmente, em relação aos Direitos Sociais obtiveram-se alguns avanços. As reivindicações básicas do movimento sindical, como a estabilidade no emprego e a jornada de 40 horas de trabalho, não foram conquistadas, mas, aprovaram-se fórmulas intermediárias que representam vantagens, embora limitadas. Nessa relação estão: a proteção contra a despedida arbitrária, as 44 horas de trabalho semanais, a jornada máxima de 6 horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos, a remuneração das horas extras em 50% a mais, o pagamento de férias em 1/3 a mais, a licença remunerada de 120 dias para as gestantes, o prazo de 5 anos para prescrição dos direitos trabalhistas, a extensão desses direitos aos trabalhadores domésticos, a liberdade e a unicidade sindical, direito de greve e de sindicalização aos servidores públicos, entre outros.

No terreno dos Direitos Políticos obtiveram-se importantes conquistas como o direito de voto aos maiores de 16 anos, a liberdade de organização partidária e a manutenção do voto proporcional, afastando definitivamente as ameaças antidemocráticas do voto distrital e as restrições ao livre funcionamento dos partidos políticos.

Em relação às mudanças na estrutura do Poder Legislativo, a Constituinte, embora não tenha tocado na questão fundamental levantada pelos comunistas — o fim do Senado e a implantação do unicameralismo — conseguiu promover alguns avanços, que representam certo fortalecimento dos poderes e das prerrogativas do Legislativo. O mais importante deles foi o fim do instrumento vergonhoso do decurso de prazo e do instituto do decreto-lei, embora ainda se admita a adoção pelo governo de medidas provisórias com força de lei que, no entanto, se não forem aprovadas pelo Congresso em 30 dias deixam de existir. Já em relação ao Poder Judiciário quase nada mudou. Foi mantida a essência antidemocrática da Justiça, embora se conseguisse a criação dos juizados de pequenas causas e a valorização das

atribuições do Supremo Tribunal Federal que, com a instituição do mandato de injunção, assume características semelhantes às de um tribunal constitucional.

Em contrapartida, a Constituinte deixou de promover a transformação mais importante que poderia fazer na estrutura política do país, ao aprovar por 344 votos contra 212 o sistema presidencialista de governo. A derrota em plenário foi fruto da maior ofensiva política e intimidatória exercida pelo governo sobre a Constituinte. Esta era uma questão chave para o Planalto, os militares e as forças reacionárias que se mobilizaram intensamente. Foi, sem dúvida, a maior vitória política do governo Sarney e do esquema de forças que o sustenta obtida até agora na Constituinte. No bojo da aprovação do presidencialismo ficou aberto o caminho que levou à aprovação do mandato permanente de 5 anos para os próximos presidentes da República.

A aprovação do presidencialismo representou, também, a mais direta ameaça de intervenção das Forças Armadas no país de que se tem notícia, após o fim do regime militar. No dia 24 de março de 1988, dois dias depois da votação do sistema de governo pela Constituinte, o Jornal do Brasil publicava em manchete a notícia de que o sistema de governo foi votado sob ameaça direta de um golpe militar. A matéria dava conta de um plano golpista articulado pelos ministros militares para ser posto em prática logo após a aprovação pela Constituinte do parlamentarismo e do mandato de 4 anos para os presidentes da República. O plano, segundo a matéria, consistia em uma nota conjunta dos ministros militares afirmando que as Forças Armadas não aceitavam a decisão tomada pela Constituinte, criando o confronto aberto com o Legislativo e as condições para assumirem o governo, dissolverem a Constituinte e convocarem eleições gerais. Ainda segundo a matéria, o presidente da Constituinte, Ulisses Guimarães, teria tomado conhecimento do plano, além de diversos outros constituintes. A simples divulgação dessa sinistra operação foi um poderoso

instrumento para assegurar a vitória do governo, provocando, inclusive, ao que consta, a mudança de voto de aproximadamente 40 constituintes tidos como parlamentaristas. A imprensa registrou também, a informação de que o general Olavo Guimarães, chefe do Centro de Comunicação Social do Exército, declarou abertamente que a aprovação do parlamentarismo e dos 4 anos de mandato para os presidentes da República representaria uma ameaça "à lei e à ordem" e que, portanto, diante disso, os militares seriam forçados a intervir, numa clara alusão à ameaça golpista.

A crítica ao militarismo, a denúncia da ingerência estruturada e abusiva das Forças Armadas na vida do país, como um partido político armado, distinguiu o nosso Partido dentro da Constituinte desde o início. Poucas forças políticas partilharam dessa crítica no grau em que a formulávamos.

O Exército publicou uma brochura contendo "as propostas do Exército sobre assuntos considerados dignos de análise" (pág. 2). A simples existência de "propostas do Exército" dentro da Constituinte, assumidas formalmente, já nos mostra o braço do militarismo intervindo arrogantemente na elaboração constitucional em curso. E, o que é mais grave, todas as importantes "propostas do Exército" prevaleceram no texto constitucional. Aliás, é curioso observar a destinação igual e o percurso diferenciado que tiveram o tópico sobre sistema de governo e aquele sobre o papel das Forças Armadas. O parlamentarismo teve maioria desde o início, em todas as etapas de elaboração da Constituinte, Subcomissão, Comissão Temática, Comissão de Sistematização. Só perdeu na última, a de plenário — a decisiva. Com a questão das Forças Armadas foi diferente: nenhuma proposta que não fosse vinculada "às do Exército" jamais ganhou em nenhuma etapa, em nenhum momento. O militarismo passou incólume pela Constituinte de 1987.

Quatro questões básicas polarizaram as discussões sobre a Ordem Econômica até agora: conceito de empresa nacional,

a possibilidade de reserva de mercado, as condições para a exploração de jazidas minerais no país e a reforma agrária. As contradições eram agudas em todas as questões. Mas a unidade entre os setores conservadores era débil, sua articulação e liderança incertas e a burguesia dividiu-se mais de uma vez, principalmente no tocante à participação do capital estrangeiro em explorações minerais. Em decorrência, conseguiu-se manter a possibilidade da reserva de mercado para setores estratégicos da economia e estabeleceram-se limites às empresas de capital estrangeiro no Brasil. Foram derrotas dos grupos entreguistas. Mas onde chegou a haver certa efervescência nacionalista na Constituinte foi na votação a respeito da exploração de jazidas minerais no território nacional. Material de denúncia sobre o verdadeiro assalto que o capital estrangeiro estava fazendo no campo brasileiro, requerendo e conseguindo concessões para pesquisa e lavra de minerais em milhares de pontos no Brasil, foi levantado pela entidade nacional dos geólogos e, bem apresentado, calou fundo no meio dos constituintes.

Setores da burguesia brasileira definiram-se em defesa da soberania nacional no tocante à exploração mineral. O próprio Conselho de Segurança Nacional inclinou-se pela defesa nacional nesse terreno. E o que se viu foi que a Constituinte terminou aprovando a nacionalização da exploração de todas as jazidas minerais do país, vitória significativa nunca registrada nestes termos nas Constituições brasileiras desde a de 1891.

A reforma agrária foi o tema que mais tempo consumiu da Constituinte, até agora. Durante todo o período de funcionamento da Assembléia a organização direitista UDR manteve-se mobilizada, pressionando os Constituintes de forma afrontosa e ousada. Aí, não só campeou a pressão como até a corrupção. Posições como a de limitar o tamanho das propriedades agrárias não tiveram maior repercussão entre os constituintes. Finalmente, polarização maior se estabeleceu em dois pontos básicos: primeiro — exigir que a função social de uma propriedade seja estabelecida pela satisfação de um dos quatro critérios estabelecidos ou dos quatro ao mesmo tempo; segundo — a propriedade produtiva seria insusceptível de ser desapropriada, ainda que não cumprisse função social, ou poderia, neste caso, ser objeto da reforma agrária?

A experiência acumulada pelos comunistas durante sua atuação na Constituinte nos permite tirar lições. A primeira é a de que, mesmo em circunstâncias aparentemente definidas e adversas, é proveitoso batalhar, articular, detectar as contradições, ainda que secundárias, existentes entre os diversos setores e, com flexibilidade, não abrir mão da firmeza. A segunda é a de que as classes dominantes, frequentemente e em assuntos importantes, não têm um comportamento monolítico, mas dividem-se em função de interesses de grupos. Essas contradições podem ser exploradas em benefício do povo. A terceira é de que em todas as situações é fundamental a pressão popular, a mais diversificada e intensa possível, nos Estados e no centro das decisões. E a quarta diz respeito ao caráter das mudanças até agora obtidas. Conseguiram-se avanços em questões significativas, mas não houve alteração em questões decisivas, realmente estruturais, da sociedade brasileira.

Por tudo isso, revelou-se inteiramente correto o PCdoB ter levantado a bandeira da convocação da Constituinte livre e soberana e indelicadamente acertado ter, dentro dela, lutado pelas mudanças necessárias no quadro atual brasileiro. A impossibilidade de, através da Constituinte, alcançar-se as transformações de fundo que nosso povo exige e necessita acentua mais uma lição de Lênin: a de que a experiência da Constituinte também serve para "acabar com certas ilusões do povo". Que, certamente, não há a possibilidade de a conquista de seus objetivos.



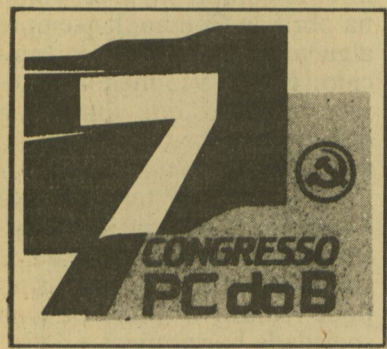
Lídice da Mata, deputada constituinte pelo PCdoB da Bahia



CDM  
Centro de Documentação e Memória  
Fundação Maurício Grabois

# Socialismo para a Juventude Juventude para o Socialismo

Aldo Rabelo



Camaradas,

**I**  
Apreciar o esforço dos comunistas para organizar a juventude na luta pela liberdade e o socialismo é contemplar uma vasta e rica experiência do movimento comunista internacional e do nosso Partido — o Partido Comunista do Brasil.

Os comunistas ajudaram a juventude a criar suas primeiras organizações independentes e de massas, compreenderam que sem a participação da juventude a libertação da classe operária enfrentaria obstáculos intransponíveis. Dar consciência revolucionária e organizar os jovens operários, camponeses e estudantes é sempre um desafio que se ergue à frente dos que buscam no socialismo a esperança de um mundo melhor.

No Brasil temos procurado construir o movimento da juventude sob condições muito concretas, considerando a experiência internacional e a nossa, mas compreendendo que cada geração é formada em situações diferentes das outras. Os jovens recebem a influência direta das transformações políticas e econômicas ocorridas na sociedade, incorporam novos valores culturais e costumes em sua formação. E assim, mesmo a grande massa da juventude explorada e oprimida, a partir de como vê a sociedade e suas instituições, exige formas próprias para se organizar e lutar por seus direitos.

Se é verdade que a juventude rejeita e repudia a sociedade burguesa, injusta e hipócrita, pois dentro dela não observa a mínima expectativa de realização de suas esperanças, não é menos verdadeiro que a classe dominante tem ao seu alcance vastos meios para cor-

romper as gerações mais novas. As poderosas redes de televisão e demais meios de comunicação, o tóxico, a pornografia, transformados em indústria de alienação, formam a última barreira das oligarquias na tentativa de impedir que os jovens descortinem o caminho da realização de suas aspirações.

Em tais condições os comunistas só conseguirão atrair a juventude para o socialismo se souberem se conduzir com firmeza e habilidade na difícil batalha ideológica, o que só conseguirão participando da vida e do dia a dia da juventude no trabalho, na escola, no lazer, e principalmente em suas lutas.

## II

O Brasil conta com tradicionais e conhecidas entidades da juventude. A União Nacional dos Estudantes — UNE e a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas — UBES somam já mais de cinquenta e quarenta anos de existência, respectivamente. Tanto universitários quanto secundaristas acumulam uma trajetória cheia de episódios significativos e heróicos em defesa da liberdade, da independência nacional e dos direitos do povo. O PC do Brasil procurou estimular a vocação democrática e antiimperialista dessas entidades; compreendeu e compreende a necessidade de se firmarem como entidades unitárias, combatendo qualquer tentativa de divisões; respeitou e respeita suas instâncias de decisão. Esta conduta faz nosso Partido influente e respeitado em tais organizações.

Em 1984 foi fundada a União da Juventude Socialista — UJS. Pensamos que se fazia necessário a criação de uma entidade ampla e abrangente, de união dos jovens da cidade e do campo, trabalhadores e estudantes, que teriam na UJS uma organização e apoio para a luta por seus direitos, e uma escola de educação revolucionária e socialista.

As condições para o surgimento da UJS estavam dadas: um programa mínimo e uma plataforma de lutas para a ju-

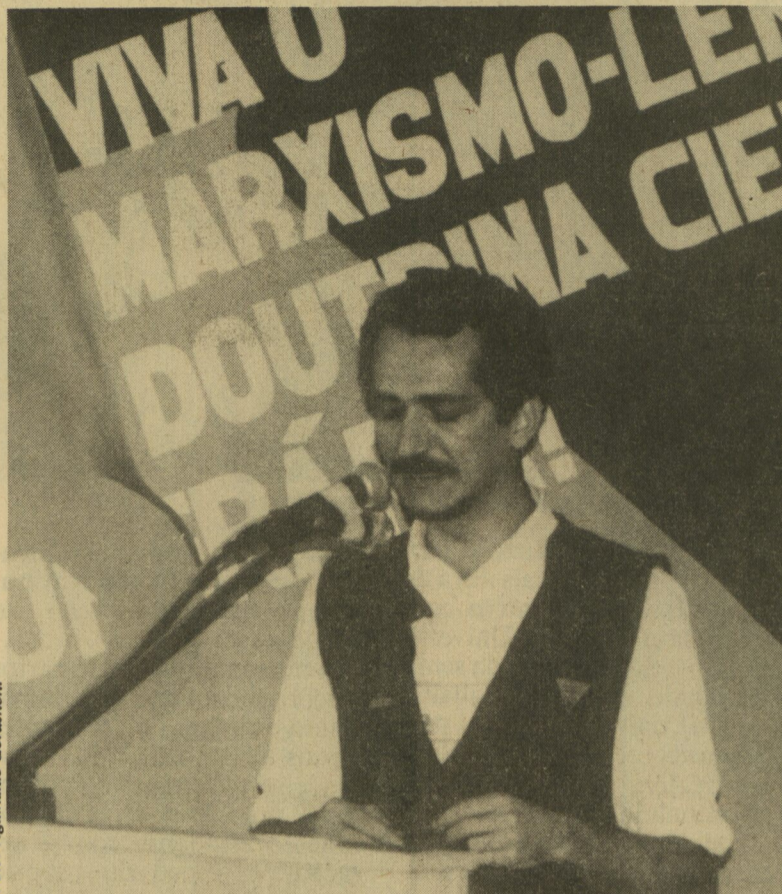


Foto: Agnaldo Zordanoni

Aldo Rabelo mostrou que somente o socialismo libertará a juventude

ventude; um considerável número de jovens quadros com experiência neste movimento, e uma base de massas de onde se partir para construir a entidade.

Tínhamos convicção de que não deveríamos criar uma organização apenas dos jovens comunistas. A experiência passada do Partido e as condições de hoje nos fizeram pensar em um movimento amplo, sob a inspiração e a direção do Partido, mas tendo como objetivo organizar a juventude em largos contingentes, através de uma organização de massas da juventude, de luta por seus direitos e pelo socialismo.

Os jovens militantes receberam com entusiasmo a novidade. Procuraram espontaneamente dar início ao trabalho de estruturação da entidade que surgia mas, com raras exceções, encontraram vacilação e a indiferença das direções partidárias. Algumas direções regionais quase não tomaram conhecimento da decisão do Comitê Central de orientar um

grupo de jovens militantes, entre os mais experientes, para organizar a UJS; outras encaminharam por simples formalidade, sem criar condições para que o trabalho, de fato, fosse iniciado.

O surgimento do Manifesto da entidade e seu primeiro Encontro Nacional despertaram certo interesse, mas ainda momentâneo e deformado. Era o imediatismo, praga que consome boa parte das energias partidárias em esforços iniciados e logo deixados de lado, e que manifestou-se de corpo inteiro no trabalho da juventude. Os militantes deslocados para o trabalho da UJS eram logo transferidos dessa atividade caso não produzissem "grandes resultados", o que, devíamos saber por experiência própria e coletiva, não são fáceis de serem alcançados sem algum tempo e perseverança.

O esforço da Direção Nacional do Partido e da própria Coordenação da UJS modificou pouco a pouco essa fisionomia. Nossa imprensa publicou uma série de artigos sobre o tema, o Comitê Central dele tratou em mais de uma reunião, e o Partido foi compreendendo que a nova organização da juventude em muito poderia contribuir para ampliar as reservas de forças da revolução.

## III

A UJS encontrou mais facilidade para se organizar entre os estudantes secundaristas, nos bairros de periferia das grandes cidades, e nas cidades do interior. Tem buscado as formas criativas de organização da juventude operária e camponesa. Jovens operários já participam de sua Coordenação, inclusive sindicalistas, e os primeiros encontros da juventude operária estão marcados para acontecer. O mesmo caminho é percorrido para a ação entre os jovens camponeses e assalariados rurais.

Mas se estamos convencidos da importância de se conquistar o coração e a consciência dos jovens para a causa da transformação social, precisamos, antes de tudo, aperfeiçoar os métodos de direção para educar e formar a nova geração de revolucionários.

A juventude, advertia Dimitrov, é uma fase de transição entre a adolescência e a idade adulta. Não se pode, portanto, usar os mesmos métodos com que se orientam comunistas adultos, na direção de jovens que pouco conheceram e aprenderam sobre a vida partidária.

O resultado prático da atividade é o critério mais correto de avaliação da atuação juve-

nis. Precisamos considerar que boa parte dos problemas enfrentados na atividade dos jovens não serão resolvidos em reuniões prolongadas e cansativas, podendo ser corrigidos com a experiência viva e o amadurecimento dos militantes.

Ordinariamente os dirigentes conhecem pouco e superficialmente as condições de atuação e a psicologia da juventude. Pensam, muitas vezes, com a cabeça dos jovens que foram, sem levar em conta que mudanças e transformações estabeleceram situações novas para a luta das gerações de hoje.

O mais importante na juventude é o impulso revolucionário natural, próprio da fase de transição em que se encontra na vida. A partir daí é que se inicia a batalha para derrotar as ilusões burguesas e formar a juventude numa concepção de mundo e de vida nova e avançada.

Procuramos, pois, conhecer em profundidade a juventude, ajudá-la não apenas com orientações gerais, mas acompanhar de perto o esforço que se faz para construir e acertar. A experiência ainda pequena não impede de realizar feitos, pois tem a seu favor a colossal generosidade com que abraça a causa dos explorados.

O dirigente deve ter em muita conta seu papel de educador, que vê a formação do jovem militante como um processo; que sabe distinguir atitudes próprias da idade e do pouco amadurecimento da degenerescência que marca a sociedade burguesa, mas que não pode ser tomada como definitiva em quem ainda está nascendo para a vida adulta.

Na ação revolucionária e no Partido os jovens combatentes vão formando seu caráter, educando-se no companheirismo e na camaradagem, compreendendo que não só uma política, mas uma ideologia separam os oprimidos dos opressores.

Em sua curta trajetória a UJS conseguiu vitórias importantes. Inscreve já mais de 30 mil jovens em suas fileiras; tem uma plataforma de reivindicações que lhe dá uma inconfundível fisionomia juvenil; promoveu campanhas nacionais e regionais, entre as quais a mais importante, a do voto aos 16 anos, tornou-nacionalmente conhecida.

Hoje a UJS é a única entidade de juventude com atuação política nacional organizada. A combatividade e a amplitude são marcas registradas de sua atuação, o que a faz conquistar, com facilidade e rapidez, novos contingentes de adeptos e o respeito crescente entre as correntes e personalidades progressistas.

Da aplicação de métodos avançados de direção e da resposta às exigências concretas definidas pela atual fase de seu desenvolvimento, depende o sucesso do nosso trabalho entre a juventude.

**1)** Consolidar nas direções da entidade (nacional, regional e municipal), um número de quadros que possa adquirir domínio e experiência dos problemas e desafios que envolvem a construção do movimento e de suas leis próprias, o que só pode ser adquirido depois de um certo período de atividade. Muitas vezes transferimos de atividade o camarada que mais tinha condições de dar continuidade ao trabalho iniciado, com prejuízo para a consolidação do movimento.

**2)** Organizar a UJS onde houver o Partido organizado, destacando membros da direção Regional, Municipal, e Distrital, que devem se especializar e conhecer em profundidade o movimento da juventude.

**3)** Multiplicar a propaganda da UJS, de suas bandeiras, campanhas e programa, atingindo o maior número possível de jovens. A edição de revistas, jornais, boletins e murais são algumas das medidas e iniciativas que devem ser tomadas.

**4)** Intensificar a divulgação do socialismo entre a juventude, a denúncia do imperialismo e do latifúndio como inimigos dos jovens e de seus direitos. Levantar a bandeira da ecologia, tema de grande atuação para a juventude, diretamente castigada pela dete-

rioração das condições de vida sob o capitalismo.

## IV

No meio juvenil é entre os secundaristas que tem mais crescido a influência do Partido. A UBES foi reorganizada em 1981, e então contamos com uma atividade reduzida entre os estudantes secundaristas. A partir daí ampliou-se nossa influência, até conseguirmos a hegemonia nos últimos congressos da entidade.

O movimento secundarista ainda não alcançou um grau de organização que o permita mobilizar em grande escala. Poucas entidades lograram conseguir um grau razoável de organização, padecendo de condições precárias de existência e funcionamento. As principais mobilizações, como as ocorridas no ano passado e este ano contra o aumento das mensalidades, envolvem ainda um número ainda pequeno de escolas, embora algumas delas tenham conseguido repercussão regional e nacional.

A entidade enfrenta uma tentativa de divisão promovida por um grupo do MR-8, ligado ao governo, mas bastante isolado e desmoralizado entre as entidades e os próprios estudantes. O Partido, atuando através da UJS, busca elevar o nível das lutas dos secundaristas, e manter o caráter combativo, unitário e apartidário do movimento secundarista.

Precisamos fazer avançar nossa influência e aperfeiçoar as formas de mobilização. A preocupação com o movimento secundarista não pode se limitar às épocas de congressos e eleições das entidades. A forte tradição de politização e luta ideológica entre os secundaristas explica, em parte, a dificuldade enfrentada pelo PT para ocupar trincheiras com sua plataforma despolitizada e economicista, e alerta o Partido para acompanhar os quadros que aí atuam.

Os estudantes secundaristas já demonstraram que podem erguer uma poderosa entidade nacional, construir entidades estaduais e municipais. Muitos deles, ao terminarem seus cursos, ajudam no trabalho de direção da UJS, entram nas Universidades ou seguem ocupando destacado papel na vida partidária.

## V

O movimento universitário é o que mais acumulou organização e experiência de luta dentro os movimentos de juventude no Brasil. Sua presença no cenário político confunde-se com o surgimento das primeiras escolas superiores no país, ganhando organização e atuação nacional com a fundação da UNE em 1937.

Com raras exceções, os estudantes universitários carregam consigo uma longa história de lutas democráticas e antiimperialistas. Marcaram com sua presença a derrubada das oligarquias da República Velha, o fim do estado Novo e do regime Militar em 1964. Participaram de memoráveis campanhas em defesa da soberania nacional, entre elas a que conquistou o monopólio estatal do petróleo.

O Partido Comunista do Brasil desenvolve, no meio universitário, uma rica e vitoriosa atuação. Foi força decisiva na reorganização da UNE, em 1979. Ajudou a reerguer os Centros Acadêmicos, DCE's, UEE's; contribuiu para dar ao movimento estudantil uma linha de combate contra o regime Militar e em defesa da liberdade.

Desde a reconstrução (1979) até o último congresso (1987), o Partido teve participação destacada em todas as diretorias da UNE. Nesse período a UNE dirigiu grandes mobilizações de massas, duas greves gerais (1980 e 1981), participou da campanha das diretas e pelo fim do regime militar, após o que reconquistou a legalização, o reconhecimento e a sede da entidade no Rio de Janeiro. A forte mobilização do na UNE mobilizou os cir-



A bandeira da UJS está presente nas lutas da juventude.

Foto: Agnaldo Zordanoni

Centro de Investimentos e Manufatura  
Fundação Maurício Grabois





## DESENVOLVER A EDUCAÇÃO DOS COMUNISTAS DE FORMA METÓDICA

É evidente, pois, a necessidade de um vasto e metódico trabalho de educação vinculado à solução dessas exigências. Há um longo caminho a percorrer. Os avanços obtidos nesse setor da atividade partidária enchem-nos de alegria, mas são insuficientes, quantitativa e qualitativamente. A fora a atividade regular da Escola Nacional neste último período, ressentimo-nos do espontaneísmo na tarefa: pouco se organiza a atividade nos Estados, poucos quadros são destacados e formados para essa frente, não se sistematizam as experiências isoladas. O Seminário Nacional sobre Educação só foi realizado em 1987. No afã de responder às necessidades, aborda-se o problema freqüentemente de maneira unilateral e rígida, pouco adaptada à realidade e às exigências. Um exemplo disso é encerrar o trabalho de educação tão somente como cursos a serem ministrados e, pior, limitar-se a reproduzir o Curso Nacional a nível das bases. É evidente que nestes casos não se levam na devida conta os alvos e objetivos a atingir, o que em boa medida gera insucessos e frustração. O Curso Nacional mesmo torna-se muito difícil de ser freqüentado por quadros operários, camponeses e trabalhadores em geral, devido a seu esquema concentrado de 30 dias em São Paulo. Na indicação dos que freqüentarão esse curso, os Diretórios Regionais nem sempre cuidam de uma seleção e preparação cuidadosa.

No plano da militância da base reina a falta de orientação quanto ao que se deve ler e estudar e como fazê-lo; é grande a dispersão dos esforços. No plano das direções, é pequeno ainda o estudo marxista dos problemas brasileiros, como prática regular. Os artigos teóricos e políticos são escritos por uma faixa muito reduzida de quadros. Não se travam de maneira aberta debates sobre temas da atualidade, pouco se utiliza a polêmica como instrumento para uma maior compreensão dos fenômenos.

De particular importância é a autocritica de que pouco estudamos os documentos partidários. Essa constatação, já feita nos debates do 6º Congresso em artigo do camarada João Amazonas à **Tribuna de Debates**, permanece atual. No mais das vezes, os documentos são lidos de relance, quando publicados, e a seguir deixados de lado. Nem sempre são debatidos nos organismos partidários. Isto é tanto mais grave porquanto tais documentos, e mais os artigos teóricos do camarada Amazonas, denotam um elevado grau de amadurecimento marxista-leninista na elaboração dos caminhos da revolução brasileira, com ampla repercussão no movimento comunista internacional. Se não trabalharmos em profundidade e permanentemente com esses materiais, situando as contribuições teóricas e políticas neles contidas difícil-se a unidade de ação do coletivo partidário. O ocorrido em São Paulo, particularmente em 86, é bem uma amostra disso. Quando não se domina a linha, aplica-se mal

a orientação ou então aplica-se outra orientação — a que está em nossa cabeça. Se assim procedermos a nível das direções, não fazemos uma rica e permanente propaganda de nossa linha política e ideológica entre as bases partidárias. O resultado será a dispersão dos esforços, um coletivo desarraigado e vulnerável, que subestima o papel das idéias na luta de classes, que subestima o valor da agitação e da propaganda entre as massas. Abre-se campo à praga do praticismo mesquinho, que nos limita a ação, nos embota, nos desarraigamos política e ideologicamente.

Necessitamos partir de um enfoque abrangente e multilateral para elevar o trabalho de educação a um novo patamar e superar as debilidades que enfrentamos.

A primeira e decisiva questão da educação dos comunistas diz respeito ao estudo individual. Na formação de nossa consciência socialista revolucionária essa é uma forma insubstituível e determinante. O autodidatismo, o estudo individual planejado, permanente e metódico é a base de toda a nossa educação comunista.

Já dissemos acima o caráter e o conteúdo de nosso estudo, bem como seu objetivo. Resta dizer que é indispensável nos lançarmos a essa tarefa com espírito militante, organizar a atividade de maneira que se possa dedicar um tempo ao estudo. Nesse terreno, camaradas, é onde mais devemos nos bater; trata-se de uma sábia batalha que precisamos travar dentro de cada um de nós e no interior de nossos organismos partidários. Tomada isoladamente, a questão de organizar o estudo individual é a mais importante de todas para elevar o nível político e teórico do coletivo. Está a exigir de nós uma verdadeira reviravolta ideológica.

A segunda questão diz respeito à vida orgânica regular. Nós, comunistas, dizemos, justamente, que o Partido é a nossa escola. Mas o Partido não é algo abstrato, senão um sistema de organizações estruturadas. É militando num organismo que aprendemos a desenvolver as elevadas qualidades da educação comunista. Lutando, estudando e aplicando a linha do Partido, ligando-nos às massas, praticando a crítica e a autocritica, assumindo crescentes responsabilidades e delas prestando contas ao coletivo, fazemos o nosso aprendizado revolucionário. A vida dos organismos, fundamentalmente das Organizações de Base, é nossa escola. Por isso, precisamos cuidar com muito afino e carinho para que as reuniões das OBs sejam vivas, onde se possa praticar o estudo e o debate coletivo de textos marxistas e documentos partidários, onde se realizem pequenas palestras sobre temas da atualidade, se promovam debates, exposições de filmes etc. É preciso dizer que, em boa parte, o reclamo da militância por cursos está relacionado a uma deficiência no funcionamento dos organismos partidários.

A terceira questão diz respeito aos cursos. É indubitável que jogam um papel de enorme importância, porque sistematizam o conhecimento teórico e político para os que os

freqüentam. Seu papel, entretanto, é relativo. Está diretamente subordinado à continuidade do estudo regular, de forma individual, pelos alunos.

Nas condições novas de nosso Partido, precisamos organizar os cursos de maneira regular, variada e massiva, com o envolvimento de todas as instâncias partidárias, desde as OBs até o Diretório Nacional. As responsabilidades precisam ser bem definidas e distribuídas e deve-se ter objetivos e metas bem determinados.

Um primeiro objetivo é formar como militantes os que ingressam no Partido. Necessitamos armá-los com a compreensão do Programa do Partido e os princípios de organização, bem como introduzi-los ao estudo da teoria socialista. Temos 100 mil filiados e outros tantos se filiarão. A condição de militante não é, nem pode ser formal, cada camarada é o Partido e, portanto, precisa ser realizado um grande esforço para sua formação.

Um segundo objetivo é formar os dirigentes intermediários. Um grande avanço na atividade do Partido está na existência de cerca de 10 mil camaradas nessa condição, em sua esmagadora maioria novos no Partido. A eles devemos dedicar o melhor de nossos esforços. Porque, se compreendemos em profundidade o papel e a importância da Organização de Base, precisamos reconhecer que não haverá OBs ativas sem dirigentes de base formados; não haverá sustentação da atividade dessa OB e desse dirigente sem apoio de dirigentes distritais e municipais com suficiente domínio da linha partidária; enfim, não há efetiva ação política sem direções intermediárias formadas.

Finalmente, um terceiro objetivo é potencializar o papel de centenas de quadros mais experientes de Partido, mais maduros política e ideologicamente, constituindo as direções regionais e municipais mais estratégicas. A eles, precisamos dedicar um esforço especial, pois sobre os seus ombros recaem hoje novas e mais pesadas responsabilidades. Eles, sobretudo, necessitam se instruir cada vez mais, dominar a teoria e a realidade concreta em profundidade, terem amplo descortino de sua frente de atuação a par de um grande domínio do conjunto da política do Partido nas várias frentes de atuação. Necessitam ser auxiliados para se livrarem de todo o escolho do praticismo e do empirismo, terem mais tempo para o estudo e a produção teórica, para escreverem com maior freqüência à imprensa partidária, enfim, para terem um papel mais fecundo teórica e ideologicamente. É evidente que isso exige um trabalho diferenciado. Tem grande destaque a organização — com planejamento e controle — do estudo marxista dos problemas brasileiros, de seminários sobre temas teóricos e de cursos especiais, de nível superior, entre outras iniciativas. Isso será fator de liberação de grande energia, enriquecendo o trabalho partidário. Ademais, esses dirigentes são os principais educadores do Partido, pelos conheci-

mentos que transmitem ao coletivo. São referências para o conjunto da militância e como tal precisam estar preparados para dar um bom exemplo de conduta pessoal de luta e de estudo.

Um desafio tão vasto e complexo deve mobilizar nossas energias para um trabalho de educação permanente, planejado e controlado em todos os níveis, desde a Organização de Base até a Direção Nacional. Algumas indicações práticas podem ser úteis à abordagem desse trabalho hoje:

### 1) ORGANIZAR O ESTUDO INDIVIDUAL E COLETIVO:

Essa é tarefa de todos os organismos e militantes, das bases às direções. Destacam-se aqui os documentos partidários e uma correta utilização das reuniões dos organismos para promover esse estudo. É necessário elaborar de forma centralizada roteiros e indicações bibliográficas para esse estudo, o que da ensejo à organização de bibliotecas básicas coletivas em cada nível de organização, com textos do Partido e obras marxistas. Tanto quanto todas as demais tarefas militantes, esse estudo precisa ser controlado, com carinho e paciência. Principalmente os camaradas que já fizeram o Curso Nacional precisam ser acompanhados no seu estudo pelos organismos regionais. Também os que têm por tarefa dar aulas precisam continuamente se aprimorar.

Uma importante iniciativa, igualmente, é organizar seminários político-teóricos, com programação de estudo dirigido e debate. Este é um importante instrumento para dominar, de uma ótica marxista-leninista, aspectos da formação econômico-social brasileira.

### 2) ORGANIZAR OS CURSOS:

É necessário organizar os programas de cursos elementares, médios e superiores, de maneira a permitir uma ampla descentralização dos dois primeiros níveis, que devem ser ministrados nas bases e direções intermediárias, sob responsabilidade dessas organizações. Aos Diretórios Regionais cabe auxiliar, com quadros e diretivas concretas, o trabalho a ser realizado pelas diversas organizações intermediárias. A Direção Nacional cabe organizar curso especial superior.

Precisamos desenvolver pequenos cursos de capacitação política e teórica, curtos e ágeis, voltados para a formação de ativistas do movimento operário e sindical, do movimento camponês, de secundaristas e universitários, de mulheres e de bairros.

Devemos privilegiar, no nível elementar, os cursos para células e, no nível médio, cursos para dirigentes de células e de organismos distritais e municipais. A secretaria de organização em cada nível precisa selecionar cuidadosamente os que serão inscritos nesses cursos, bem como controlar a participação dos convocados.

Precisamos ampliar a atividade da Escola Nacional, estendendo seu alcance para outros estados, montar escolas regionais nos principais Estados e formar professores em quantidade suficiente, sem esquecer que os dirigentes regionais também são professores dos cursos, pois eles é que têm melhores condições de enfocar os problemas da aplicação concreta da linha partidária.

### 3) UTILIZAR AMPLAMENTE A ATIVIDADE DE PROPAGANDA PARA PROMOVER A EDUCAÇÃO:

Devemos dar destaque à realização de palestras públicas e regulares nas sedes, confeccionar cartilhas e vídeos, ampliar e diversificar a linha editorial do Partido, utilizar mais profundamente e constantemente a imprensa partidária para promover a educação no nosso órgão central. A

CLASSE OPERÁRIA, precisamos ter uma coluna fixa tratando do tema da educação dos comunistas.

Neste campo se destaca o papel do Instituto de Estudos, como o Instituto Maurício Grabois, o CEPS/SP e o IPAS/RJ. Mais ou menos ativos em alguns Estados, seu papel precisa ser ampliado, procurando promover atividades amplas, seminários, conferências etc., que atuam como extensão da formação de nossos militantes e, sobretudo, para referenciar um pensamento avançado entre a intelectualidade progressista.

Os militantes precisam ser estimulados a escrever com regularidade ao órgão de sua associação, a revistas científicas e culturais. Aproveitar devidamente a contribuição de numerosos camaradas que atuam no meio acadêmico universitário ou entre a intelectualidade em geral. Muitos desses camaradas têm importantes produções nos vários campos do saber, em geral desconhecidas do coletivo. Podemos organizar conferências sobre esses temas, envolver esses camaradas no trabalho de nosso Instituto a nível de cada Estado.

### 4) ORGANIZAR A SEÇÃO DE EDUCAÇÃO:

Para desenvolver esse trabalho é necessário haver responsáveis nos vários níveis da estrutura partidária, particularmente nos Diretórios Regionais. A esse responsável pela frente do trabalho de educação vincula-se à Comissão de Educação e à equipe de professores. O trabalho de educação está intimamente associado à organização — do qual depende para fixar as tarefas no campo da formação dos quadros e militantes — bem como à Agitação e Propaganda. No entanto, tem sua especificidade. Ao responsável do DR cabe o controle da atividade da Escola do Partido.

Nos principais diretórios distritais e municipais devemos procurar indicar responsáveis pelo trabalho de educação, para que o DR tenha base de apoio para desenvolver um trabalho coordenado, multilateral e descentralizado.

### CAMARADAS

Vivemos uma fase mais elevada da existência de nosso Partido. O coletivo partidário mostra-se disposto a enfrentar com impulso revolucionário os desafios da luta pelo socialismo no país. O Partido Comunista do Brasil vai, assim, rompendo as dificuldades e se consolidando como organização revolucionária que sabe o que quer e o que deve fazer para alcançar os objetivos. Compreende-se hoje, melhor que em nenhuma outra época de sua existência, a importância da fidelidade ao marxismo-leninismo, dando combate sem tréguas ao revisionismo de direita e de "esquerda"; assimila mais e mais a dialética da luta de classes e da construção partidária; atua permanentemente nas lutas de nosso povo, em todas as frentes de acordo com as condições em que se desenvolvem, visando a abordar as transformações revolucionárias. Está, portanto, em consonância com a vida, com as aspirações e ideais da classe operária e das massas populares.

Maduro como organização revolucionária, conta com uma militância jovem que tem um longo caminho a percorrer, dotando sua combatividade revolucionária de sólidos conhecimentos políticos e teóricos, indispensáveis aos comunistas. Empreender esse caminho, formar essas novas gerações vermelhas é tarefa a que nos devemos dedicar com entusiasmo e energia. Vamos empreender esse trabalho! Todos e cada um de nós têm seu posto nesse combate! Que o 7º Congresso do Partido fique gravado para sempre nas mentes e corações dos comunistas e do povo brasileiro como marco da consolidação revolucionária de nosso Partido, e como impulsionador decisivo de um mais elevado, profundo e profícuo trabalho de educação revolucionária de nossas fileiras combatentes.



# “Uma análise marxista-leninista”

Piro Kondi \*

(Publicado no jornal “Zeri i Popullit”,  
órgão central do PTA)

De 11 a 14 de maio de 1988 realizou-se com sucesso o 7º Congresso do Partido Comunista do Brasil. Este Congresso reveste-se de uma importância particular na história de 66 anos do Partido Comunista irmão do Brasil. Este é seu primeiro Congresso na legalidade, a qual não é resultado do oportunismo e da conciliação de classe com a burguesia, como ocorre com os partidos revisionistas que traíram os ideais revolucionários do proletariado. Ao contrário, a legalidade do Partido Comunista do Brasil e a realização, em condições legais, de seu congresso representam uma grande vitória política e social dos comunistas brasileiros porque eles souberam se impor à burguesia e à reação em meio a uma luta decidida travada pelo Partido, fazendo face heroicamente às ferozes perseguições do período da ditadura militar reacionária e obtendo o poderoso respaldo das massas populares e das forças progressistas do país.

O dirigente do Partido Comunista do Brasil, camarada João Amazonas, pronunciou nesse Congresso um informe muito importante e detalhado. Ele fez uma análise marxista-leninista da crise atual total do sistema capitalista mundial, denunciou a política perigosa das duas superpotências e condenou seus acordos enganosos. O informe exprimiu o apoio às lutas revolucionárias e libertadoras da classe operária e dos povos, colocou em evidência e defendeu as con-

quistas do socialismo na Albânia. O informe chamou a atenção para a necessidade da luta contra a atual campanha anticomunista levada a efeito pela burguesia e o imperialismo.

O informe e os trabalhos do congresso voltaram-se sobretudo para a situação interna, para os problemas e as perspectivas do movimento democrático e revolucionário no Brasil.

Uma contribuição muito importante nesse congresso foi a crítica ao caminho revisionista gorbacheviano na União Soviética, a denúncia da demagogia a propósito da “perestroika”, da “glasnost”, da “nova idéia política” etc., que representam para a União Soviética uma via de passagem de um capitalismo meio camuflado a um capitalismo sem máscara, ao passo que para o mundo esses termos representam a linha do acordo criminoso com o imperialismo norte-americano para esmagar toda luta revolucionária e libertadora e para a manutenção do status-quo da dominação burguesa e imperialista.

Nesse congresso foram pronunciados igualmente, após o informe político do camarada João Amazonas, dois outros informes, referentes ao Programa e às questões organizativas e os Estatutos do Partido e ainda foram feitas intervenções especiais abordando os problemas do trabalho ideológico e da educação, do trabalho nos sindicatos, com as mulheres, a juventude, a ativida-



A delegação albanesa ouviu atentamente todos os debates do Congresso

de parlamentar do Partido etc.

Nesse Congresso pronunciaram mensagens de saudações representativas de 12 Partidos irmãos marxistas-leninistas, inclusive o PTA.

Todo o processo de desenvolvimento dos trabalhos do congresso testemunha claramente o quanto é bem fundamentada a linha política do Partido e como o marxismo-leninismo é aplicado criativamente nas condições concretas do Brasil e na etapa atual da revolução brasileira. O balanço feito pelo congresso manifesta o caráter sério do PC do Brasil, que tem sabido combinar sua linha e suas palavras de ordem justas com a ação revolucionária ativa entre as massas e as forças progressistas. As intervenções e o debate no congresso se caracterizaram por um elevado espírito

militante e otimista. Seus trabalhos foram caracterizados por uma sã unidade ideológica, política e organizativa em torno da linha elaborada nos documentos do congresso. Expressão dessa unidade é o fato de que para os órgãos dirigentes do Partido, que foram ampliados, além da eleição de novos camaradas, foram reeleitos sem exceção todos os antigos dirigentes. Para presidente da direção nacional foi reeleito por unanimidade o eminente marxista-leninista, camarada João Amazonas.

Assim como o congresso, o comício de massas organizado no encerramento em São Paulo foi uma tribuna do internacionalismo proletário. Durante esses eventos as delegações dos partidos marxistas-leninistas irmãos fizeram suas saudações, manifestando ao Partido

Comunista do Brasil a solidariedade militante, as congratulações e os melhores votos para o evento histórico do 7º Congresso e para a conquista de novos e maiores êxitos no futuro em toda a sua atividade revolucionária. A mensagem do camarada Ramiz Alia enviada em nome do Comitê Central do PTA ao congresso foi recebida muito calorosamente e com grande entusiasmo.

Além das atividades organizadas em São Paulo, a delegação do CC do PTA visitou a capital do país, Brasília, onde teve um encontro amistoso com deputados federais do PCdoB e outros deputados progressistas, foi recebida pelo presidente da Assembléia Nacional Constituinte, participou de uma de suas sessões plenárias, visitou a Universi-

dade Nacional de Brasília, onde foi recebida pelo reitor e participou de um ato público de amizade. A delegação visitou também o Rio de Janeiro, onde foi recebida pelo presidente da Assembléia Legislativa do Estado, Gilberto Rodrigues, que dirigiu um ato público em homenagem à Albânia, com a participação de muitas personalidades representativas da vida cultural e social. Na visita à Assembléia Legislativa, a delegação albanesa foi saudada por diversos deputados. Por toda a parte a delegação constatou o grande interesse pela Albânia socialista, por seu caminho e sua experiência e percebeu os sentimentos de amizade para com nosso povo.

Isto demonstra o grande trabalho feito nesse sentido pelo Partido Comunista do Brasil, que, como sublinhou o camarada João Amazonas no Congresso, vê a Albânia como exemplo vivo de que o socialismo existe e progride.

Partimos do Brasil com as melhores impressões com o presente e o futuro do Partido Comunista do Brasil, desejando-lhe êxitos cada vez maiores em seu trabalho e seus esforços pela liberdade, a democracia e o socialismo, pela completa aplicação das resoluções de seu 7º Congresso. Deixamos o Brasil com as melhores impressões do povo laborioso, militante, amante da liberdade, que luta por uma vida melhor, sem exploração e sem pobreza.

\* Chefe da Delegação Albanesa ao 7º Congresso do PCdoB

## Video do Congresso

A Comissão de propaganda da Direção Nacional produziu um vídeo com a cobertura completa do 7º Congresso do PCdoB, de 1 hora e 20 minutos. Trata-se de precioso e importante material de divulgação, indispensável ao trabalho de todas as organizações partidárias. Para adquiri-lo, ao preço de Cz\$ 5.000,00, dirija-se ao Diretor Nacional do PCdoB — Rua Major Diogo, 834. Cep. 01324. São Paulo — SP. Fone: 37-40-57 (011).

O Brasil tem saída? O PC do B acha que sim. Veja a análise que os comunistas fazem da situação do Brasil e do mundo e as propostas que têm para a construção de um país livre e soberano, onde o povo possa ser feliz. Leia o livro “O Brasil numa encruzilhada histórica”, informe de João Amazonas ao 7º Congresso do PC do B. Pedidos à Editora Anita Garibaldi, rua Bororós, 51, 3º andar, São Paulo, CEP 01320, com o envio de cheque nominal no valor de Cz\$ 120,00 por exemplar.

## O Brasil numa Encruzilhada Histórica



João Amazonas

(Informe apresentado ao 7º Congresso do PCdoB)

# 7º Congresso repercute no Movimento Comunista

O 7º Congresso do PCdoB teve larga repercussão na imprensa dos partidos marxistas-leninistas de outros países. Uma demonstração da importância deste acontecimento da vida de nosso partido no conjunto do movimento comunista internacional. A Albânia, em especial, abriu amplo espaço no jornal central do PTA, “Zeri i Popullit” (A Voz do Povo) para analisar nosso 7º Congresso (veja matéria nesta página).

O “Bandeira Vermelha”, órgão do Partido Comunista (Reconstruído) de Portugal, publicou um suplemento especial noticiando o Congresso e ainda um encarte com a parte do Informe Político do camarada João Amazonas, onde é analisada a “Perestroika”. No depoimento de Eduardo Pires, que representou o PC(R) nos trabalhos do nosso Congresso, publicado no “Bandeira Vermelha”, o primeiro-secretário do partido português afirma:

“Penso mesmo que ele (o 7º Congresso do PCdoB) é a maior vitória alcançada pelos marxistas-leninistas em todo o mundo capitalista, após a contra-revolução revisionista na União Soviética”. Eduardo Pires classifica o Informe Político do camarada Amazonas como “um verdadeiro contributo para o movimento comunista internacional. (...) A luta polêmica que trava contra o revisionismo de Gorbachev é um hino à defesa da clareza do marxismo-leninismo”.

O dirigente do PC(R) diz ainda que “os informes e as conclusões aprovadas por unanimidade no Congresso são de uma importância impar, não só para os comunistas, mas também para as forças progressistas e patrióticas, para a classe operária e o povo brasileiro. Eles traçam um rumo certo revolucionário para unir tudo o que seja possível unir contra as forças retrógradas do capitalismo monopolista, dos latifundiários, dos militaristas e do imperialismo”. Falando sobre o conjunto dos documentos apresentados no Congresso, o camarada Pires

afirma: “Todos os informes são fontes de ensinamentos riquíssimos para o engrandecimento do partido”.

### REPERCUSSÃO NO CHILE

No Chile, mesmo sob a feroz e criminoso ditadura do general Augusto Pinochet, o 7º Congresso do PCdoB foi noticiado nos jornais “Acción Proletária” (órgão do Partido Comunista Chileno — Ação Proletária) e “Adelante”. Para os comunistas chilenos, nosso Partido chegou ao Congresso “com as mãos cheias, com profundos laços nas massas populares, deixando isso manifesto com sua presença em todas as frentes de luta política, sindical e cultural do povo brasileiro”.

“Para o PC(AP)”, escreve o jornal, “o 7º Congresso do PCdoB é um grande passo não só para o proletariado e o povo brasileiro, não só para a revolução no Brasil. É também para o proletariado mundial, para todos os povos, para o desenvolvimento da revolução, da libertação nacional e do socialismo no mundo capitalista-revisionista”.

### “CLAREZA E ACERTO”

O jornal “Bandera Roja” (Bandeira Vermelha), do Partido Comunista Peruano (Marxista-Leninista), destacou: “O 7º Congresso do PCdoB demonstrou a pujança de sua organização, a clareza marxista-leninista de sua linha revolucionária e sua grande penetração no seio da classe operária industrial e do campesinato, assim como entre as demais camadas exploradas da população”.

“O Informe apresentado pelo camarada João Amazonas, presidente do partido”, continua “Bandera Roja”, “se caracterizou por sua clareza, sensibilidade e acerto na análise da situação nacional e internacional (...). No internacional, fez uma apreciação importante acerca do momento atual, quando as duas superpotências, EUA e URSS, se colidem e disputam área de exploração e influência e quan-

do, no momento, não é iminente uma terceira guerra mundial devido às reacomodações que fazem cada um dos ditos imperialismos em suas próprias economias em crise. Em especial a URSS, que sofre uma crise econômica, política e social, consequência de seu caráter capitalista, necessita de uma pausa para reforçar sua economia e assegurar suas zonas de influência, em cujo afã, sob a liderança de Gorbachev, se afundou mais no charco do capitalismo”.

O jornal peruano afirma ainda: “Cabe destacar também a disciplina, o espírito de organização, o entusiasmo revolucionário e a fraternidade comunista dos delegados assistentes de todos os confins do Brasil, país de 8,5 milhões de Km<sup>2</sup> e de mais de 130 milhões de habitantes. Notou-se um elevado nível ideológico em cada um dos informes e intervenções especiais”.

### ESTADOS UNIDOS

Já o “Voice of Revolution” (A Voz da Revolução), publicação da Organização Marxista-Leninista dos EUA, publicou uma matéria intitulada “Partido Comunista do Brasil acumula grandes vitórias”. Nela, afirma: “Todo o Congresso foi uma autêntica celebração internacional da classe operária, onde as vitórias do partido brasileiro foram profundamente compreendidas por todos os partidos, e as vitórias e notícias de outros países calorosamente aplaudidas por todos os presentes”.

Mais adiante, “Voice of Revolution” diz: “O informe apresentado pelo camarada Amazonas, o sempre jovem líder do PCdoB, foi uma análise clara e profunda da situação mundial e brasileira.

Ele fixou com precisão as tarefas que o partido tem pela frente e fez um poderoso chamamento para avançarmos a vitórias ainda maiores. O Informe desmascarou a “Perestroika” de Gorbachev, demonstrando que ela aponta para o capitalismo e elimina completamente os princípios marxistas-leninistas de luta de

classes e da necessidade da revolução. Esta é mais uma contribuição vital do camarada Amazonas e do partido brasileiro, que desempenharam um papel decisivo na luta contra Kruschev e cia., aos primeiros revisionistas soviéticos do marxismo-leninismo, e contra os traidores chineses”.

### ESPAÑA

O 7º Congresso do Partido Comunista do Brasil repercutiu também entre os revolucionários e comunistas espanhóis, sendo noticiado pelo jornal “Vanguardia Obrera” (Vanguarda Operária), órgão central do Partido Comunista da Espanha (marxista-leninista). O jornal dos comunistas espanhóis destaca trechos do informe do camarada João Amazonas e dá aos seus leitores uma informação sobre os principais momentos do Congresso. “Vanguardia Obrera” ressalta ainda que o Congresso “teve um brilhante coroamento com a atuação da Orquestra Sinfônica da Cidade de Campinas”.

### EQUADOR

O órgão central do Partido Comunista Marxista-Leninista do Equador, “Em Marcha”, noticiou a realização do 7º Congresso assinalando que ele alcançou êxitos. O periódico equatoriano destaca “a participação de um importante número de delegados provenientes dos diversos Estados do país”. Os comunistas do Equador afirmam ainda: “Nosso partido estende sua saudação revolucionária ao PCdoB neste importante evento e augura êxitos políticos notáveis na luta revolucionária do proletariado e do povo brasileiro”.

### FRANÇA

O jornal do Partido Comunista dos Operários da França, “La Forge” (A Forja), considerou o Congresso um “evento importante para a classe operária e o povo brasileiro”, endereçando saudações internacionais à direção do Partido e a todos os militantes.